

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E HISTÓRIA DAS MULHERES INDÍGENAS: UM  
DIÁLOGO URGENTE**

**EDUCACIÓN ANTIRRACISTA E HISTORIA DE LAS MUJERES INDÍGENAS: UN  
DIÁLOGO URGENTE**

**ANTI-RACIST EDUCATION AND THE HISTORY OF INDIGENOUS WOMEN: AN  
URGENT DIALOGUE**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49700>

Suelen Siqueira Julio<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo discute a questão da educação antirracista sob a luz de um tema muitas vezes negligenciado: a presença indígena na história, com ênfase nas mulheres indígenas. Tendo como objetivo apontar elementos para a construção de conhecimentos mais sólidos e plurais sobre a história de mulheres e homens dos povos originários, este trabalho sustenta a ideia de que é impossível compreender a história do Brasil sem considerar a atuação de tais povos. Além disso, a argumentação aqui desenvolvida defende que o combate ao racismo passa por um conjunto de ações educativas, dentro e fora do espaço escolar.

**Palavras-chave:** Educação. História. Indígenas. Mulheres indígenas. Brasil.

**Resumen:** El artículo discute la cuestión de la educación antirracista bajo la luz de un asunto muchas veces menospreciado: la presencia indígena en la historia, con énfasis en las mujeres indígenas. Teniendo como objetivo señalar elementos para la construcción de sólidos conocimientos y plurales acerca de la historia de mujeres y hombres de los pueblos originarios, este trabajo sostiene la idea de que es imposible comprender la historia de Brasil sin considerar la actuación de tales pueblos. Además, la argumentación aquí desarrollada defiende que la lucha en contra del racismo pasa por un conjunto de acciones educativas, dentro y fuera del espacio escolar.

**Palabras clave:** Educación. Historia. Indígenas. Mujeres Indígenas. Brasil.

**Abstract:** The article discusses the issue of anti-racist education under the light of an often neglected theme: the indigenous presence in history, with emphasis in indigenous women. With the aim of pointing elements for the construction of more solid and plural knowledge about the history of women and men from native peoples, this paper underpins the idea that it is impossible to understand the history of Brazil without considering the action of such peoples. Beyond that, the argumentation developed here advocates that fighting racism involves a set of educational actions, both inside and outside the school space.

**Keywords:** Education. History. Indigenous. Indigenous women. Brazil.

Como demonstrado por algumas pesquisas voltadas para a realidade brasileira, os currículos escolares, os livros didáticos e o cotidiano das salas de aula têm sido historicamente marcados pelo foco excessivo em determinados atores sociais em detrimento de outros (PEREIRA; PINA, 2021; NASCIMENTO; LACERDA, 2021). Assim, embora os últimos anos tenham presenciado algumas

mudanças, o ensino escolar ainda se caracteriza tanto pelo eurocentrismo quanto pela pouca ênfase na história e em outras dimensões relacionadas às mulheres – principalmente as mulheres indígenas.

O presente artigo tem o objetivo de intervir nessa realidade, apontando caminhos para a construção de conhecimentos mais sólidos e plurais sobre a história de mulheres e homens dos povos originários, sem os quais é impossível compreender a história do Brasil. É necessário e urgente que tais conhecimentos circulem dentro e fora do espaço escolar, de modo a construir uma educação antirracista, que desconstrua estereótipos e que nos habilite a conhecer e a respeitar a presença indígena em nosso país, tanto no passado quanto no presente.

### ***As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008: marcos na educação brasileira***

Em ato de reconhecimento do eurocentrismo que permeia a sociedade e a educação brasileiras, o poder Executivo sancionou as leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir em todo o currículo escolar as histórias e culturas afro-brasileira, africana e indígena. Importante apontar que essa legislação significou uma vitória para os movimentos indígenas e negros, que há muito incluem entre suas demandas o tratamento desses temas na educação (UNESCO, 2012). Mas, se por um lado, a promulgação de tais leis significou um marco que trouxe algumas mudanças – como o aumento da presença desses temas em materiais didáticos –, por outro lado, muito ainda precisa ser feito para que tenhamos uma educação que verdadeiramente atribua às histórias e culturas africana, indígena e afro-brasileira o mesmo valor tradicionalmente conferido a tudo que é branco e europeu (Ibidem; ALMEIDA NETO, 2015).

Escrito por uma autora formada em História e interessada no ensino e pesquisa acerca dos povos indígenas, este artigo foca a questão da educação antirracista a partir do tema das experiências históricas das mulheres indígenas. No entanto, é importante pontuar que a abordagem de tais temas não deve ficar restrita à atuação de educadores ligados à História, devendo fazer parte de todas as disciplinas presentes nos currículos escolares, segundo o estabelecido na legislação citada acima. Assim, é papel do conjunto dos educadores comprometidos com a construção de práticas que valorizem a pluralidade de conhecimentos identificar esse eurocentrismo em cada uma das disciplinas e buscar formas de visibilizar conhecimentos de outras matrizes que não a europeia.

Tal exercício pode ser feito a partir de reflexões do tipo: Quais as contribuições de indígenas, africanos e outros povos para cada área do conhecimento? Como as Ciências Naturais foram usadas para justificar a superioridade branca? De que forma a Ciência atual pode desconstruir de vez a ideia de superioridade biológica? Quantas personagens negras e indígenas nossa Literatura tornou famosas? Como foram retratadas? Quantas e quantos escritores não brancos se tornaram célebres? Que dificuldades encontraram? São questões que podem nos ajudar na construção de um conhecimento escolar no qual os povos indígenas tenham a visibilidade que merecem e no qual os africanos e seus descendentes não sejam evocados apenas para se falar em escravidão.

Dito isto, deixo algumas palavras acerca da relação entre a construção de uma educação antirracista e a história de homens e, sobretudo, mulheres pertencentes aos povos originários.

### ***As mulheres indígenas como as “mães do Brasil”***

Localizados numa espécie de capítulo à parte ou entendidos como assunto de especialistas, os indígenas ainda não foram plenamente integrados na tal “história geral” ou “história universal”, pretensamente ensinada nas escolas e universidades. Os esforços para a reversão desse quadro já estão em curso, consistindo não apenas na produção de trabalhos acadêmicos, mas, principalmente, nas ações e nas questões colocadas pelas lutas sociais, notadamente pelos movimentos políticos dos povos originários. No que tange às mulheres indígenas, sua pujante movimentação na contemporaneidade, seja através da escrita ou de outros meios, nos convida a repensar o lugar que lhes tem sido atribuído na nossa história (BELCHIOR, 2021; MACEDO, 2020).

Tradicionalmente, as nativas do território que veio a ser o Brasil têm sido ligadas, sobretudo, aos primeiros momentos da colonização, dando-se destaque para o seu papel na geração de mestiços, seja por meio de arranjos familiares ou através de encontros sexuais fortuitos, baseados numa suposta disponibilidade sexual dessas mulheres. Ainda não totalmente abandonada e muitas vezes ensinada em sala de aula, essa redução das indígenas às funções de mães de mestiços e de esposas ou “concubinas” dos portugueses aparece já no momento de construção de uma “história nacional”, no século XIX. Em sua influente *História Geral do Brasil*, Francisco Adolfo de Varnhagen escrevia que os colonizadores se adaptaram “a muitos usos dos bárbaros”, incluindo as uniões com as índias, apontadas como um importante fator de “fusão das nacionalidades tupi e portuguesa” (VARNHAGEN, 1877 [1854], p. 203 e 206).

Embora não visse com bons olhos esses casais compostos por nativas e lusos, Varnhagen os reconhecia como viabilizadores da “fusão” que permitiu que os colonizadores se enraizassem no território. Ao contrário de seu contemporâneo Sousa e Silva, que acreditava que essa fusão incluía tanto enlances consentidos quanto abusos contra “a honestidade das virgens americanas”, Varnhagen defendia que as índias tinham interesse em se juntar com homens brancos, fossem elas as nativas do passado ou as “meio domesticadas” que ainda viviam, pois todas elas buscariam se libertar “do mais duro cativeiro” que seus maridos indígenas supostamente as faziam amargar (Ibidem, p. 207; SILVA, 1854, p. 136).

Se a posição anti-indianista de Varnhagen rendeu algumas críticas contemporâneas e posteriores, sua avaliação sobre o papel das mulheres indígenas como mães de mestiços e parceiras sexuais dos europeus encontrou eco nas mais diversas produções acadêmicas e literárias no decorrer do século XX (PRADO, 1981 [1928]; PRADO, 1939 [1935]; FREYRE, 2006 [1933]; ELLIS JR., 1976 [1936]; LATIF, 1975 [1948]; FRIEIRO, 1998 [1929]; LUNA, 1993 [1965]). Mesmo em obras interessadas em denunciar os males infligidos aos nativos durante “três séculos de colonização, e até

durante os dois reinados e parte da República” (ALMEIDA, 1988, p. 33), é notória a ênfase na questão sexual quando o assunto é a mulher indígena, colocada nessas abordagens como aquela que “por força das necessidades sexuais dos invasores” deu origem ao “grande e heroico povo” brasileiro (LUNA, 1993 [1965], p. 44 e 7).

O que muitas vezes não se diz, inclusive em obras bastante recentes (BASEGGIO; SILVA, 2015/2016; BARBOZA; VIEIRA, 2018; REZZUTTI, 2018), é que essa redução não faz jus à pluralidade de papéis desempenhados pelas mulheres indígenas desde o momento da invasão europeia até a atualidade. Tal entendimento redutor deve ser combatido, a fim de que a sociedade brasileira de fato seja informada sobre a importância da atuação histórica dos sujeitos indígenas, tornando-se apta também para compreender que, longe de terem desaparecido, as mulheres e os homens dos povos originários seguem como parte integrante do presente e do futuro da nação.

### ***Muito além de ventres geradores***

Mais do que os enfatizados enlacs entre índias e portugueses, é preciso analisar detidamente o papel das indígenas sob outros aspectos, como o político e o econômico. Além de terem atuado como mediadoras, lideranças políticas, intérpretes e catequistas, as nativas formaram um contingente crucial de mão de obra nos mais diversos locais da América colonial (FERNANDES, 2003; SLEEPER-SMITH, 2001; MANGAN, 2005; JAGER, 2015). Foi do trabalho dessas mulheres e das suas técnicas de lida com o solo que dependeram os europeus, recém-chegados numa terra desconhecida, onde muitas sociedades viam o cultivo e o preparo de alimentos como um trabalho feminino (FREYRE, 2006 [1933]; FERNANDES, 2003).

No Brasil, temos o exemplo da farinha de mandioca que, fabricada pelas índias ou utilizando suas técnicas de preparo, nunca deixou de atuar como base da alimentação na colônia, além de ter servido como importante moeda de troca nos portos de embarque de africanos escravizados e como sustento das gentes que navegavam por diferentes partes do mundo (RODRIGUES, 2017; ALENCASTRO, 2000). O nexos entre as índias e a produção de itens que, como a farinha, eram tão importantes no comércio atlântico merece figurar entre os conhecimentos que urgem ser veiculados acerca da experiência histórica de tais mulheres.

Entre tais conhecimentos deve ser incluído também o fato de que as uniões entre as indígenas e os europeus não decorreram de uma mera solidão desses homens, mas significaram a construção de redes de alianças que se mostraram cruciais para o lançamento das bases da colonização, no Brasil e alhures (FERNANDES, 2003; SLEEPER-SMITH, 2001; FABERMAN; RATTO, 2009; GARCIA, 2015). Conforme transcorreu o processo de submissão dos povos indígenas e de imposição do casamento cristão, as uniões oficializadas diante da Igreja entre homens brancos e mulheres de origem indígena se tornavam cada vez mais raras, embora não inexistentes, sendo, inclusive, parte de políticas que, nos séculos XVIII e XIX, intentaram extinguir a “raça indígena” através de tais uniões

(RESENDE, 2011; MOREIRA, 2018). Reconhecidas perante a Igreja ou não, as famílias constituídas por mulheres e homens nativos englobaram desde as frequentes relações entre indígenas até as relações interétnicas, com negros, brancos e mestiços. Tais “misturas” não significaram de forma alguma o desaparecimento da identidade indígena (ALMEIDA, 2003).

Estando as indígenas presentes em toda a nossa história, seu confinamento à época dos primeiros contatos com os invasores europeus se relaciona com narrativas que buscaram construir “uma modalidade peculiar de esquecimento”: “uma crença comum e muito arraigada de que o índio é objeto de uma história que antecedeu o Brasil e lhe é visceralmente estranha” (OLIVEIRA, 2016, p. 111). Tais narrativas fizeram parte da construção do Estado nacional brasileiro a partir da emancipação política – também conhecida como Independência. Nessa época, tanto as classes dominantes do Brasil quanto as de outras regiões do continente buscavam afirmar a autonomia política das nações em construção, utilizando os indígenas como símbolos da singularidade dos países recém-independentes. Através de imagens, nomes de lugares, estátuas, poemas e da escrita da história oficial, as elites brancas faziam referências aos nativos, de modo a diferenciar as jovens nações de suas ex-metrópoles. Porém, essas referências buscavam localizar os povos originários no passado, frequentemente negando aos indígenas do presente a participação no ideal de nação (Ibidem; AXTELL, 2001; EARLE, 2007).

Tal ideia de que os indígenas estariam extintos ou em vias de desaparecimento, seja por efeito de ações de extermínio ou por estarem “misturados” à população, ainda é muito forte na atualidade, sendo diversas vezes utilizada para negar seus direitos, como suas reivindicações por terras. No caminho para a superação dessa realidade é imprescindível que as ações educacionais levem em consideração as vozes dos próprios sujeitos indígenas da contemporaneidade.

Algumas pesquisas sobre as mobilizações dos povos originários têm apontado a sua visibilidade cada vez maior na cena política, com destaque para o aumento do número de lideranças e organizações femininas, cujo sucesso em veicular suas próprias imagens sobre as mulheres indígenas tende ao crescimento (KELLOG, 2005; ANMIGA, 2021; BELCHIOR, 2021; HOLANDA, 2021). Em todo o continente americano, nota-se tanto a luta por territórios e outras pautas que afetam a indígenas de todos os gêneros, quanto as reivindicações ligadas a necessidades sociais específicas das mulheres, a exemplo daquelas ligadas a seus direitos reprodutivos: pré-natal, combate à esterilização forçada, defesa do direito de decidir sobre a maternidade, de ter partos em casa com parteiras tradicionais, de não se submeter a cesarianas impostas, além do acesso à informações sobre o câncer de colo de útero e de mama (KELLOG, 2005; DANNER; MACHADO, 2018; POTIGUARA, 2018 [2004]).

De pé na luta por seus direitos, as mulheres indígenas têm sido agentes políticos fundamentais para a geração não só de imagens que escapem aos velhos estereótipos, mas, sobretudo, para a construção coletiva de um futuro mais igualitário. Partindo da escrita e de ações colocadas em prática pelas próprias indígenas, aponto a seguir alguns caminhos para a construção de políticas educacionais

comprometidas com o combate ao racismo e às desigualdades sociais que atingem os povos originários.

### ***Mulheres originárias: passado, presente e projetos de futuro***

Ao escrever sobre o direito à memória como parte dos direitos humanos, Daiara Sampaio, também conhecida como Daiara Tukano, expõe a importância de a história vivida pelos povos indígenas, bem como os seus modos de compreendê-la, serem conhecidos por todos os brasileiros. Para tal, se fazem necessárias políticas públicas, que incluam o livre acesso a documentos, a valorização dos testemunhos dos povos originários sobre suas trajetórias, a implementação satisfatória do ensino de história e cultura indígena (prevista pela Lei 11.645/2008), bem como o respeito aos demais direitos de povos e indivíduos tantas vezes apropriados de seus territórios e submetidos à extrema pobreza (SAMPAIO, 2018). A autora expõe que, longe de terem a ver apenas com as populações indígenas, essas políticas dizem respeito a toda a sociedade brasileira, “na perspectiva do processo de justiça de transição para uma democracia plena”, que implica

reparar na medida do possível os danos e traumas históricos vividos por estas populações ao longo do processo colonial e da construção da figura do Estado Brasileiro, assim como se re-educar a respeito da própria identidade brasileira para se engajar numa construção social capaz de abraçar a diversidade presente no país. A construção de um pensamento crítico à colonialidade que contemple as narrativas e práticas dos povos originários é uma oportunidade para preencher as lacunas da memória de toda a sociedade, para sanar violências históricas que estruturam desigualdades sociais no Brasil [...]. (Ibidem, f. 18).

Assim como contribuiu na construção de apagamentos e de uma memória limitada sobre o papel dos povos originários, a História tem o potencial de produzir narrativas

que enfatizem os indígenas como sujeitos que, embora subalternizados, não estiveram à mercê do processo colonizador, nem dos modelos econômicos que seguem com a implantação do Estado Nacional. Contribuindo para a visibilização das trajetórias vivenciadas pelos indígenas, evidenciando que, longe de sermos engolidos pelo processo de aculturação, nos apropriamos das novas realidades através da negociação de valores, tradução cultural e da reelaboração de estratégias de enfrentamento. A reescrita traz à tona outras memórias, não esquecidas, mas silenciadas por não encontrarem espaço de escuta. Romper o silêncio é colocar em pauta a reparação dos direitos destes povos. (Ibidem, f. 49).

Para além de trabalhos de historiadores e antropólogos (indígenas e não indígenas) engajados nessa reescrita, os movimentos políticos dos povos originários, bem como professores, palestrantes, *influencers* e outros sujeitos individuais e coletivos pertencentes aos povos indígenas têm buscado intervir nos mais diversos espaços, a exemplo das escolas e dos museus – inclusive organizando museus e currículos escolares próprios (BARRETO, 2014; BUSTAMANTE, 2012; OLIVEIRA, 2012; KONDO; TORQUATO, 2021; PEREIRA, 2012).

Desse modo, diversos pesquisadores e/ou militantes têm apontado que um dos caminhos para ultrapassar certas visões equivocadas sobre os povos originários e sua história é veicular imagens

visuais que ultrapassem a imagem dos indígenas como seres congelados no passado, passivos, extintos e sem capacidade de agir sobre seus próprios destinos (ANAQUIRI, 2018; GONZAGA, 2021). Numa abordagem crítica e contextualizada, fotografias e outros registros visuais dos povos indígenas da contemporaneidade têm o potencial de sublinhá-los enquanto sujeitos integrantes do mundo atual – e não como “sobrevivências” fadadas ao desaparecimento –, enquanto as pinturas e outras representações do passado podem mostrar aspectos históricos não contemplados nas representações ainda dominantes.

A partir de registros visuais, a exposição *Os Primeiros Brasileiros* tem atuado como um veículo de construção de imagens mais múltiplas sobre a experiência histórica dos povos originários. Criada pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional/UFRJ), a exposição itinerante já esteve em diversas instituições nacionais e internacionais, tendo sido visitada por mais de 250 mil pessoas. Sua última exibição física antes da pandemia ocorreu em 2019, no Arquivo Nacional, podendo hoje ser visitada online (GANDRA, 2021; OLIVEIRA, 2020 [2019]; OS PRIMEIROS BRASILEIROS).

Como apontado por Oliveira (2007), que segue atuando como curador da exposição, é necessário que os museus adotem uma atitude crítica do material etnográfico que exibem, abandonando a postura de transformá-los em abstrações descoladas do contexto histórico e social no qual foram adquiridos. Muitas vezes coletados em situações de extrema violência contra os indígenas, as exposições não devem se prestar a encobrir tais circunstâncias, mas a proporcionar ao público a oportunidade de refletir sobre as relações e processos por trás do material exibido.

Ao ser entrevistada sobre sua atividade como curadora do Museu de Arte de São Paulo (MASP), Sandra Benites, mulher guarani Nhandeva, demonstrou ponto de vista semelhante:

Não dá pra gente colocar [em exposição] um objeto que muitas vezes é sagrado para um determinado grupo, como o maracá, e deixar lá parado. Não se discute para que serve, se é importante mostrar ou não. Muitas das vezes, por não ter esse debate, acaba se reforçando esses estereótipos sobre o próprio indígena, como se aquele objeto estivesse no passado. (ARRAIS, 2021)

Hoje já fora do cargo, Benites chegou a apontar sua posição como uma oportunidade não só para exibir o trabalho de artistas indígenas, mas para visibilizar a sabedoria dos mais diversos povos, seus modos de ver e contar a história, suas perspectivas acerca “do processo da colonização desde a invasão” (Ibidem).

Se, no momento em que escrevo estas linhas, vivemos tantos retrocessos nos direitos de indígenas e não indígenas, não há como negar que as lutas travadas pelos mais diversos atores políticos têm avançado e contribuído para enriquecer as reflexões sobre a história do Brasil. Nessa reflexão, as mulheres indígenas não podem mais figurar apenas como nossas antepassadas extintas. Com este artigo, espero ter contribuído para a tão necessária multiplicação do que sabemos sobre as mulheres e

os homens indígenas, parte integrante e fundamental do passado, presente e de um futuro que não podemos hesitar em construir de forma mais justa e igualitária.

### ***Considerações finais***

Ao adotar a perspectiva de homens brancos tacitamente entendidos como “neutros” e “universais”, os conhecimentos construídos e mobilizados dentro e fora dos espaços escolares e acadêmicos ainda tendem a desconsiderar as contribuições das mulheres de todas as cores e de sujeitos não brancos de todos os gêneros. No que tange à história do Brasil, as últimas décadas têm testemunhado a produção de trabalhos preocupados em reverter essa tendência, através da investigação do papel exercido pelos povos indígenas enquanto sujeitos ativos. Sem jamais desconsiderar que a consolidação do domínio dos colonizadores significou a extinção de vários povos, o desaparecimento de muitas vidas sob guerras, epidemias e escravidão, bem como a subalternização da esmagadora maioria dos indígenas, tais trabalhos sublinham algo que já não é mais possível negar: as ações, interesses, estratégias, conhecimentos e outros aspectos da experiência histórica de povos e pessoas indígenas constituem tópicos fundamentais para uma compreensão adequada dos processos vividos na América – inclusive no presente (ALMEIDA, 2003; MONTEIRO, 2009 [1994]).

A despeito da existência dessas pesquisas, ainda há muito a ser feito, principalmente no tocante à história das mulheres indígenas que, longe de constituírem um assunto “curioso”, um mero prólogo da “história nacional” foram, na verdade, sujeitos fundamentais para a construção das sociedades coloniais ao longo do continente. Muito mais do que ventres geradores, as nativas americanas atuaram em variadas atividades, desde funções de liderança política até os pesados serviços dos engenhos. Sem dúvida, seus corpos e espíritos foram marcados por múltiplas violências, diante das quais muitas sucumbiram. No entanto, tais considerações não podem nos fazer esquecer que as pessoas e os povos indígenas não fizeram o papel de meras vítimas passivas diante da violência colonizadora. Foram sim capazes de resistir, de compreender as sociedades construídas pelos brancos e de organizar estratégias de sobrevivência que precisam ser amplamente conhecidas.

Embora não seja o único espaço através do qual esses conhecimentos acerca dos sujeitos indígenas podem e devem ser veiculados, o espaço escolar mostra-se como um âmbito imprescindível para que a sociedade brasileira possa ter acesso a uma educação que não perpetue velhos clichês. Estejamos cientes, no entanto, que muitas dificuldades se impõem ao objetivo de se construir uma educação antirracista. Indo desde o pouco investimento público nas escolas voltadas para as camadas populares até as barreiras atitudinais – como a perseguição a educadores que abordam questões relacionadas aos indígenas e aos negros –, passando pela formação eurocêntrica recebida pela esmagadora maioria dos professores e pela deficiência de materiais didáticos, não são poucos os obstáculos a serem vencidos para que os educandos tenham assegurado o seu direito de conhecer a sua própria história (UNESCO, 2012; CRUZ, 2021; PEREIRA; PINA, 2021). Afinal, as trajetórias

históricas dos indígenas, africanos e afro-brasileiros não são desconectadas da história de todos nós. Apontados os obstáculos, fica o convite à luta pela construção de uma educação que nos habilite a entender de uma vez por todas que as mulheres e os homens indígenas não são parte apenas do passado do Brasil, sendo parte integrante e fundamental do nosso presente e de todos os projetos de futuro que tenhamos a ousadia de propor.

### Referências:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Geraldo Gustavo de. **Heróis indígenas do Brasil: memórias sinceras de uma raça**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1988.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ALMEIDA NETO, Antonio Simplicio. A história indígena a ser ensinada nos currículos oficiais brasileiros. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 10, n. 1, p. 100-122, jan./abr. 2015.

ANAQUIRI, Mirna P. Marinho da Silva. “Minha avó foi pega no laço”: a questão da mulher indígena a partir de um olhar feminista. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM ARTE E CULTURA VISUAL, 2., 2018. *Anais...* Goiânia: Universidade Federal de Goiás, p. 752-763.

ANMIGA. Disponível em: <<https://anmiga.org/quem-somos/>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

ARRAIS, Amauri. Sandra Benites: “É preciso escutar mais as culturas historicamente silenciadas”. **Gama** [Online], 1 ago. 2021. Disponível em: <<https://gamarevista.uol.com.br/semana/de-quem-e-a-cao-indigena/sandra-benites-curadora-masp-culturas-indigenas/>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

AXTELL, James. The Indian Impact on English Colonial Culture. *In*: \_\_\_\_\_. **Natives and Newcomers**. The Cultural Origins of North America. New York, N.Y.: Oxford University Press, 2001. p. 309-336.

BARBOZA, Renan do Nascimento; VIEIRA, Felipe Gonçalves. A mulher indígena e a formação do povo brasileiro. **Cadernos Camilliani**, Cachoeiro de Itapemirim, v. 15, n. 3-4, p. 331-344, dez. 2018.

BARRETO, Marcos Rodrigues. **Vultos na névoa: do discurso histórico do preconceito à resistência do índio urbano no cenário fluminense**. 2014. Orientador: José Ribamar Bessa Freire. 170 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BASEGGIO, Julia Knapp; SILVA, Lisa Fernanda Meyer da. As condições femininas no Brasil Colonial. **Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015/2016.

BELCHIOR, Maria Clara Multini. **Mulheres retomadas: um retrato político fotográfico da primeira Marcha das Mulheres Indígenas**. 2021. Orientadora: Célia Regina Rossi. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2021.

BUSTAMANTE, Jesús. Museos, memoria y antropología a los dos lados del Atlántico. Crisis institucional, construcción nacional y memoria de la colonización. **Revista de Indias** [Online], v. 72, n. 254, p. 15-34, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.3989/revindias.2012.002>>. Acesso em: 1 set. 2021.

CRUZ, Jaíne Quele. “Eu tô sendo vítima de etnocídio e racismo”, diz professora afastada de escola por “insistir” no ensino indígena. **G1**, Rondônia, 15 out. 2021. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2021/10/15/eu-to-sendo-de-vitima-de-etnocidio-e-racismo-diz-professora-afastada-de-escola-por-insistir-no-ensino-indigena.ghhtml>>. Acesso em: 30 jan. 2022.

DANNER, Leno; MACHADO, Ricardo. O agro não é pop. O constante processo de dizimação indígena. Entrevista com Sonia Guajajara. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, e. 527, 27 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7393-o-agro-nao-e-pop-o-constante-processo-de-dizimacao-indigena>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

EARLE, Rebecca. **The Return of the Native**. Indians and Myth-Making in Spanish America, 1810-1930. Durham: Duke University Press, 2007.

ELLIS JR., Alfredo. **Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 [1936].

FABERMAN, Judith; RATTO, Silvia. Introducción. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Historias mestizas en el Tucumán colonial y las pampas (siglos XVII-XIX)**. Buenos Aires: Biblos, 2009. p. 9-47

FERNANDES, João Azevedo. **De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006 [1933].

FRIEIRO, Eduardo. **O Mameluco Boaventura**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1998 [1929].

GANDRA, Alana. Coleção Os Primeiros Brasileiros tem exposição virtual Mostra será lançada nesta terça-feira pelo Museu Nacional. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 13 abr. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/colecao-os-primeiros-brasileiros-tem-exposicao-virtual>>. Acesso em: 30 ago. 2021.

GARCIA, Elisa Frühauf. Conquista, sexo y esclavitud en la cuenca del Río de la Plata: Asunción y São Vicente a mediados del siglo XVI. **Americanía: Revista de Estudios Latinoamericanos**, Sevilla, n. 2, p. 39-73, jul.-dic. 2015.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo. **Decolonialismo indígena**. São Paulo: Matrioska, 2021.

HOLANDA, Marianna Assunção Figueiredo. Saúde Coletiva e o Planeta Comum: o Chamado das Mulheres Indígenas de Cura pela Terra. **Interritórios**, Caruaru, v. 7, n. 13, p. 167-191, 2021.

JAGER, Rebecca. **Malinche, Pocahontas, and Sacagawea: Indian women as cultural intermediaries and national symbols**. Norman: University of Oklahoma Press, 2015.

KELLOG, Susan. **Weaving the Past: A History of Latin America's Indigenous Women from the Prehispanic Period to the Present**. New York: Oxford University Press, 2005.

KONDO, Rosana Hass; TORQUATO, Cloris Porto. Práticas insurgentes e desobediência epistêmica: currículo próprio, que vem do chão. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-21, maio./ago. 2021.

LATIF, Miran de Barros. **Uma cidade no trópico**: São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1965 [1948].

LUNA, Luiz. **Resistência do índio à dominação do Brasil**. Coimbra: Fora do Texto, 1993 [1965].

MACEDO, Michelle Reis de. "Território: nosso corpo, nosso espírito": as ações políticas de Tuíra Kayapó como representante das mulheres indígenas no Brasil recente. In: CARLONI, Karla; FORTES, Carolina Coelho (Org.). **Mulheres tecendo o tempo: experiências e experimentos femininos no medievo e na contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2020. p. 115-131.

MANGAN, Jane E. **Trading roles: gender, ethnicity, and the urban economy in colonial Potosí**. Durnhan and London: Duke University Press, 2005.

- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra:** Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1994].
- MOREIRA, Vania Maria Losada. Casamentos indígenas, casamentos mistos e política na América portuguesa: amizade, negociação, capitulação e assimilação social. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, p. 47, set./dez. 2018.
- NASCIMENTO, Rafael Baioni do; LACERDA, Bruna Alves. Livros didáticos de história: uma análise sobre as representações de mulheres. **Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação**, Juiz de Fora, v. 23, n. 4, p. 976-995, set./dez. 2021.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus, séculos XIX e XXI. **Tempo** [Online], v. 12, n. 23, p. 73-99, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200006>>. Acesso em: 30 ago. 2021.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. A refundação do Museu Maguta: etnografia de um protagonismo indígena. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). **Coleções e colecionadores:** a polissemia das práticas. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012. p. 201-218.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios:** “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. **Os primeiros brasileiros.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Museu Nacional, 2020 [2019].
- OS PRIMEIROS BRASILEIROS. Disponível em: <<https://osprimeirosbrasileiros.mn.ufrj.br/pt/o-encontro/a-viagem>>. Acesso em: 3 jun. 2021.
- PEREIRA, Eliete da Silva. **Ciborgues indígen@s.br:** a presença nativa no ciberespaço. São Paulo: Annablume, 2012.
- PEREIRA, Kátia Rosane Santos; PINA, Maria Cristina Dantas. **Cultura escolar e livro didático de história: análise de imagens das mulheres do período colonial.** In: SEMINÁRIO NACIONAL E SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO E PRÁXIS EDUCACIONAL, 8., 2021. Anais eletrônicos... Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
- POTIGUARA, Eliane. **Metade cara, metade máscara.** Lorena: U'Ka Editorial, DM Projetos Especiais. 2018 [2004].
- PRADO, João Fernando de Almeida. **Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530).** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939 [1935].
- PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil:** ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1981 [1928].
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Amores proibidos, amores possíveis. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 47, n. 1, p. 64-78, jan.-jun. 2011.
- REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil:** a história não contada. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.
- RODRIGUES, Jaime. “De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem”: uma história da mandioca em perspectiva atlântica. **Revista Brasileira de História** [Online], v. 37, n. 75, p. 71, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-03>>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- SAMPAIO, Daiara Hori Figueroa. **Ukushé Kiti Niíshé:** Direito à memória e verdade na perspectiva da educação cerimonial de quatro mestres indígenas. 2018. Orientadora: Nair Heloisa Bicalho de Sousa. 194 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. Memória histórica e documentada das aldeias de índios do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, t. 17, p. 109-544, 1854.

SLEEPER-SMITH, Susan. **Indian women and French men: rethinking cultural encounter in the Western Great Lakes**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2001

UNESCO. **Documento Técnico Consolidado: Estudos para regulamentar a Lei 11.645**. São Paulo, 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877 [1854]. v. 1.

---

**Notas:**

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora do Departamento de História do Colégio Pedro II. Membro dos seguintes grupos de pesquisa: Companhia das Índias - Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna (Universidade Federal Fluminense: <https://www.historia.uff.br/ciadasindias/>); Jesuítas nas Américas (Universidade do Vale do Rio dos Sinos: <https://www.facebook.com/Grupo-de-Pesquisa-Jesu%C3%ADtas-nas-Am%C3%A9ricas-624227994276537/>); Projeto VIP: Vilas Indígenas Pombalinas (Instituto Federal do Piauí. [https://sites.ifpi.edu.br/vitritec/?page\\_id=241](https://sites.ifpi.edu.br/vitritec/?page_id=241)). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7062459964424138>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5290-6267>. Email: [suelen.siqueira.julio@gmail.com](mailto:suelen.siqueira.julio@gmail.com)

Recebido em: 10 de jun. 2022  
Aprovado em: 21 de ago. 2022